



## GT 064. Sustentabilidade, Justiça Ambiental e Justiça Social

Doris Aleida Villamizar Sayago (Universidade de Brasília) - Coordenador/a, Alessandro Roberto de Oliveira (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Goiás) - Coordenador/a

Os efeitos e as consequências da crise global ambiental não são vivenciados da mesma forma por todos. Os mais desfavorecidos sofrem de modo desproporcional os efeitos das mudanças climáticas. A proposta deste GT é refletir sobre as relações entre as desigualdades sociais e raciais e as desigualdades ambientais à luz da noção de justiça ambiental. A noção de justiça ambiental busca dar conta tanto das desigualdades na exposição a riscos ambientais (poluição, resíduos, inundações, etc.) quanto da exclusão dos grupos marginalizados e discriminados na concepção e implementação de políticas. Considera as questões relacionadas com a degradação do meio ambiente, o esgotamento ou a exploração excessiva dos recursos naturais e as diversas formas de poluição, mas sobretudo os efeitos sociais que suscitam. Justiça alimentar, justiça climática e justiça ecológica constituem novos campos de mobilização e de pesquisa. A atualidade e relevância da temática permite agregar trabalhos que discorram sobre movimentos sociais que denunciam as injustiças ambientais e que reivindicam a defesa e o acesso aos recursos naturais; catástrofes ambientais; impactos socioambientais decorrentes das explorações desenfreadas em territórios indígenas; migrações ambientais; a tragédia do Rio Doce; e os efeitos nocivos que geraram para as pessoas excluídas das redes de poder. Finalmente, pretende-se pensar novas estratégias de sustentabilidade nas quais a justiça ambiental seja reconhecida como uma prioridade.

### **Povos indígenas isolados na Amazônia Ocidental: empreendimentos que impactam territórios de indígenas isolados na fronteira do Acre e Peru**

**Autoria:** Igor Silva de Sousa

A finalidade desta comunicação é trazer para reflexão os avanços de grandes empreendimentos de infraestrutura que avançam sobre os territórios de indígenas em situação de isolamento voluntário ou de recente contato na região da Amazônia Ocidental, que compreende grande parte da fronteira do estado do Acre com o Peru. Atualmente essa região da floresta amazônica concentra um dos maiores índices de povos indígenas em situação de isolamento voluntário e de recente contato do mundo. Estes povos constituem grupos que encontraram na faixa de floresta que compreende essa fronteira, um refúgio contra os avanços colonizadores e os massacres resultantes dos ciclos de exploração de borracha, buscando assim manter seus modos de vida tradicionais e a integridade sociocultural que os constitui como povos etnicamente diferenciados. Estes povos em situação de isolamento habitam a última fronteira que resiste aos avanços de grandes empreendimentos econômicos e de infraestrutura, que ameaçam seus modos de vida. Além disso, esses povos atuam como mantenedores da preservação de uma das últimas faixas de floresta tropical ainda preservada do mundo. Contudo o crescente interesse dos governos brasileiro e peruano em explorar madeira, petróleo e gás natural na região, ressuscitaram a ameaça contra a existência e os modos de vida dessas populações indígenas.



**Realização:**



**Apoio:**



**Organização:**

